

Desenvolvimento Econômico

Parte II

PTF , Crescimento e Política Industrial

Prof. Antonio Carlos Assumpção

Decomposição do Crescimento

- A PTF é a parcela do crescimento que não é explicada nem pela quantidade de máquinas e equipamentos (estoque de capital físico) nem pela quantidade e qualidade de força de trabalho (capital humano).
- Portanto, a PTF pode ser entendida como uma medida de eficiência da economia.
- Toda diferença nos níveis de PIB entre os países não explicada pelos insumos de produção tradicionais é amontoadada na rubrica “Produtividade Total dos Fatores”.

Decomposição do Crescimento

- A pesquisa acadêmica recente nos conta que a PTF é mais relevante do que pensávamos para explicar porque alguns países são ricos e outros não.
- Por exemplo, Hall e Jones (2001) mostram que as diferenças de PTF são mais importantes para explicar a dispersão de renda per capita entre os países do que as diferenças de capital físico e humano.
 - Se Níger, um país 35 vezes mais pobre que os EUA, fosse magicamente dotado com os capitais humano e físico dos EUA, ainda seria 8 vezes mais pobre que os EUA.

Hall, R.E. & Jones C. I. Jones. Why do Some Countries Produce so Much More Output Per Worker Than Others?. *The Quarterly Journal of Economics*.

Instituições e Desenvolvimento: A PTF

- **Como as instituições afetam a produtividade ?**
- As instituições são as regras formais e informais que balizam o funcionamento de uma economia de mercado.
- Elas regulam tanto a relação entre os agentes privados quanto a relação entre os agentes privados e o governo.
- Regras boas e facilitam as trocas e incentivam a busca por mais produtividade.
- Vejamos alguns exemplos:

Instituições e Desenvolvimento: A PTF

- Um sistema de pesagem e metragem ineficiente gera um excessivo grau de incerteza, conseqüentemente, menos trocas, menos especialização e menos produtividade.
- Instituições responsáveis por garantir o direito de propriedade, quando de má qualidade (polícia corrupta, judiciário lento, ausência de lei de patentes, etc.), prejudicam o crescimento. As firmas investirão muitos recursos em segurança e poucos recursos em desenvolver novos produtos, passíveis de expropriação.
 - A solução para esses problemas (não colher os frutos do investimento), passa, geralmente, por delegar o monopólio da força e da justiça para o Estado, tentando preservar uma boa convivência entre os agentes privados. Entretanto, surge um problema potencial: quem garante que o Estado não usará seu poder para ele mesmo expropriar os agentes privados ?

Instituições e Desenvolvimento: A PTF

- Se o governo usa seu poder para estatizar empresas ou criar uma teia burocrática que não serve a outro propósito que o de extrair recursos do setor privado, ele afeta os investimentos negativamente.
- Esse problema foi destacado por Montesquieu, primeiro a destacar a importância da independência dos poderes, como forma de limitar o poder discricionário do Estado.
- A limitação excessiva às importações de máquinas e equipamentos tende a afetar a produtividade negativamente.
- A corrupção afeta a produtividade diretamente (dinheiro público desperdiçado), mas também indiretamente, pois se ela é pouco custosa, algumas pessoas escolherão gastar o dinheiro público em projetos onde seja mais fácil o desvio de fundos, mesmo que eles sejam de baixa eficiência.

Instituições e Desenvolvimento: A PTF

- Por exemplo, construir túneis caros (ou estádios de futebol) é menos produtivo que investir em educação, mas certamente é mais fácil enriquecer ilicitamente no primeiro caso. Pense em um aumento de salários para os professores; eles teriam que concordar em repassar parte desse aumento para os políticos !
- Note então que boas instituições são aquelas que facilitam as transações econômicas e que previnem dois tipos de expropriação: a praticada por agentes privados e a praticada pelo governo.
 - Por conta disso, muitos estudos empíricos que testam o impacto das instituições sobre a economia utilizam medidas de direito de propriedade e respeito aos contratos.

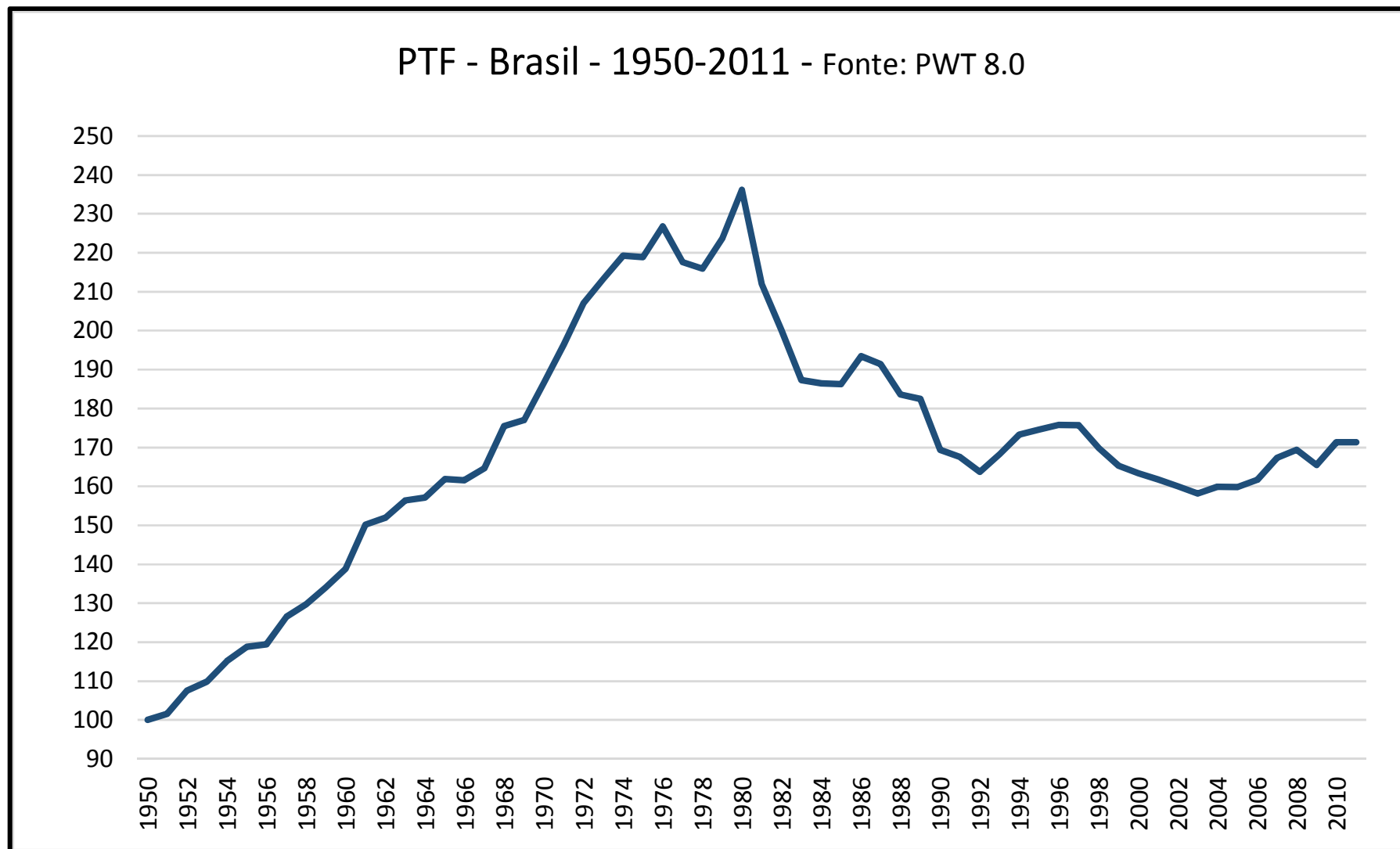
Desempenho Recente do Crescimento

Taxas de Crescimento - Médias por Período (% a.a.)			
Período	Mundo	América Latina	Brasil
1990-1994	2.6	3.1	1.2
1995-2002	3.5	2.0	2.3
2003-2010	3.9	3.9	4.0
2011-2012	3.5	3.7	1.8

Fontes: FMI, CEPAL e IBGE

- No período 2003-2008 a taxa de crescimento se acelerou devido a alguns fatores:
 - Consolidação da estabilidade de preços;
 - Forte crescimento da economia mundial;
 - Câmbio fortemente desvalorizado em 2002;
 - Rápida queda dos juros, após os aumentos em 2002 e início de 2003.

Fraco Desempenho da PTF



Capital Humano

- O estoque de capital humano pode ser mensurado de várias formas. Além de ser importante para o crescimento é importante para a distribuição de renda.
- Todas as medidas disponíveis indicam um péssimo desempenho do Brasil nesse quesito.

População com Educação Secundária: Percentual por Grupos de Idade (%)		
	Grupos Etários (Anos)	
Países	25-64	25-34
Economias Desenvolvidas		
Alemanha	88	86
Espanha	51	59
Estados Unidos	88	87
Grécia	60	70
Irlanda	68	83
Suécia	84	90
Economias Emergentes		
Brasil	39	49
Chile	70	85
Coreia do Sul	84	97
Israel	80	84
República Theca	94	95
Rússia (2002)	88	89
Turquia	35	47

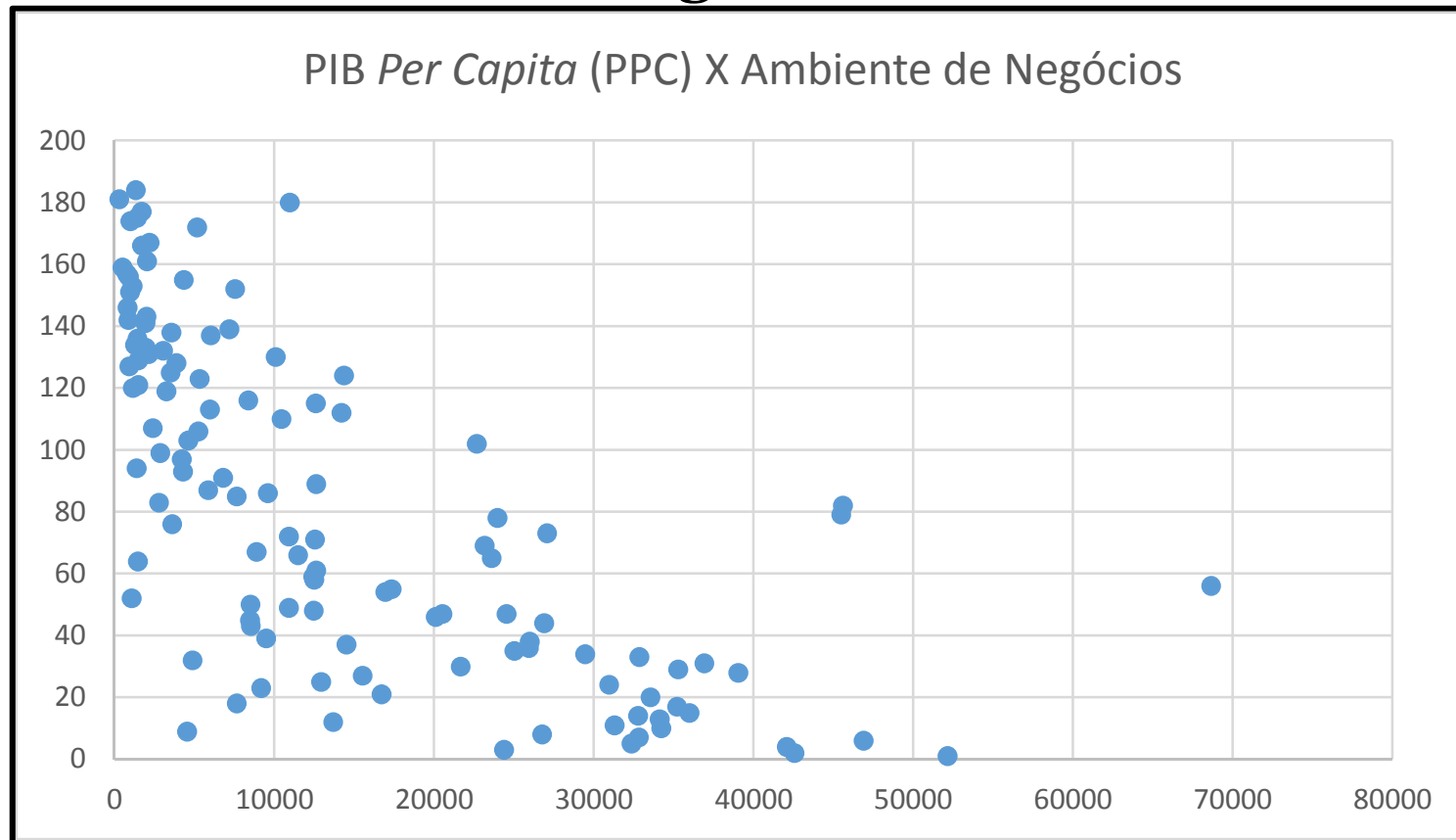
PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos) - 68 Países Matemática

Economias	Média
1º - Xangai-China	613
2º - Cingapura	573
3º - Hong Kong-China	561
4º - Taiwan (Taipei-China)	560
5º - Coreia do Sul	554
6º - Macau-China	538
7º - Japão	536
8º - Liechtenstein	535
9º - Suíça	531
10º - Holanda	523
Média da OCDE	494
56º - Costa Rica	407
57º - Albânia	394
58º - Brasil	391
59º - Argentina	388
60º - Tunísia	388
65º - Peru	368
Fonte: OECD - PISA	
OBS - Brasil - Ciências = 59º e Leitura 55º	

Percentual de Alunos em Cursos Profissionais e Técnicos de Nível Médio	
Alemanha	51.5
Argentina	20.6
Brasil	14.2
Chile	36.6
Colômbia	27.5
Espanha	44.5
Finlândia	56.2
França	44.3
México	9.5
Portugal	40.6
Fonte: Unesco - 2012	

Infraestrutura

Infraestrutura de Negócios



Fonte: PWT 8.0 e Doing Business

Melhor Ranking associado a um maior PIB *per capita*

Infraestrutura Física

Ranking Geral de Infraestrutura		
Brasil	2008-2008	2012-2013
Qualidade da Infraestrutura	98	107
Telefonia, energia elétrica, rodovias, ferrovias, portos e aeroportos		
Fonte: Global Competitiveness Report		

Tecnologia

Gastos Totais em P&D (% do PIB)					
Ano	Coreia do Sul	Estados Unidos	Alemanha	França	Brasil
2004	2.68	2.55	2.50	2.16	0.90
2005	2.79	2.59	2.51	2.11	0.97
2006	3.01	2.64	2.54	2.11	1.01
2007	3.21	2.70	2.53	2.08	1.10
2008	3.36	2.84	2.69	2.12	1.11
2009	3.56	2.90	2.82	2.26	1.16
2010	3.74	2.89	2.82	2.26	1.17
Fonte: Brasil: MCTI. Para os demais países, OCDE					

Brasil

- O desempenho da produtividade da economia brasileira nas últimas décadas ajuda a explicar o atraso do país em termos de desenvolvimento econômico.
 - Pessoa (2006) mostra que a diferença de capital humano é, provavelmente o fator mais relevante para explicar nosso atraso em relação aos EUA.
 - No caso da infraestrutura, Calderón e Servén (2004) indicam que 30% do diferencial de renda per capita entre Brasil e Coreia provém de diferenças de infraestrutura.

Investimento X Crescimento

- **Investimento causa Crescimento ?**
- O investimento é endógeno. Portanto, depende da taxa de retorno dos projetos, que é função direta da produtividade da economia.
- Logo, melhorias institucionais que aumentem a produtividade aumentam o investimento, ou seja a relação de causalidade vai da produtividade para o investimento e não o contrário.
- **Para quem acha isso estranho:**
- A correlação entre crescimento e investimento futuro é maior que a correlação entre crescimento e investimento passado.

Taxa de Investimento - Brasil



Fonte: IBGE

FBKF - 2011 (% PIB)	
País	% do PIB
África do Sul	20
Austrália	27
Bulgária	23
Chile	25
China	48
Colômbia	23
Coreia do Sul	29
Costa Rica	21
Croácia	21
Eslovênia	22
Espanha	22
Índia	37
México	25
Panamá	28
Perú	25
Polônia (2010)	21
Rússia	25
Tailândia	27
Turquia	24
Vietnã	35
Fonte: Banco Mundial	

FBKF - Países Selecionados

Como vimos, o aumento da taxa de investimento não garante uma taxa de crescimento permanentemente maior. Entretanto, faz com que a economia migre para um novo estado estacionário, onde o PIB per capita é maior.

Milagres de Crescimento

- “Milagres” de Crescimento são em geral “milagres” de produtividade

	Brasil - Crescimento		Coréia - Crescimento		EUA - Crescimento	
Período	PIB	PTF	PIB	PTF	PIB	PTF
1967-1976	5,10%	5,90%	6,60%	2,80%	1,30%	-0,70%
1977-1991	0,50%	-3,80%	5,70%	0,80%	1,40%	-0,50%
1992-2000	2,10%	1,80%	3,90%	0,70%	2,40%	1,50%

Brasil

- Muitos anos de queda/Estagnação da PTF e da Taxa de Investimento
 - Inflação elevada
 - Economia fechada
 - Péssima infraestrutura
 - Instituições ruins (risco /regulação)
 - Elevada carga tributária
- Reformar as Instituições Faz Sentido

Brasil: Alguns Indicadores de Negócios

	Ambiente de Negócios	Abertura de Empresas	Fechamento de Empresas	Cumprimento de Contratos	Pagamento de Impostos	Acesso a Crédito
Brasil	127	128	132	98	152	89
EUA	5	9	14	8	62	6
Chile	43	62	91	68	46	72
Coréia	16	60	13	5	49	15

Fonte - Doing Business 2011 - Ranking

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

- **Esclarecimento Inicial**

- Política industrial **horizontal** é aquela utilizada na tentativa de melhorar o desempenho da economia como um todo, sem privilegiar nenhuma indústria específica (ou setor).
 - Política industrial vertical é aquela utilizada na tentativa de melhorar o desempenho de uma indústria específica (ou setor).
- Em geral uma política industrial vertical deve estar relacionada a alguma falha de mercado. Nesse sentido, a evidência empírica sugere que alguns tipos de falha de mercado são mais relevantes do que outros. Por outro lado, não há evidências de que existam externalidades relacionadas ao aprendizado das firmas.

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

- Se, por um lado, não há evidências de que existam externalidades relacionadas ao aprendizado das firmas, por outro lado, parecem ser relevantes as externalidades decorrentes da atividade de inovação, do investimento direto estrangeiro e, com algumas ressalvas, aquelas relacionadas com o fenômeno de aglomeração industrial (clusters).
- Embora não esteja claro que existam externalidades na atividade de exportação, a existência de barreiras à entrada por si só justificaria algum tipo de política.

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

- Políticas para corrigir cada tipo de falha de mercado.
 - I. A intervenção do governo deve ter **caráter temporário** e deve cessar uma vez eliminada a distorção que motivou a política. Nesse aspecto, a atual política industrial brasileira [Brasil (2003)] parece estar na direção correta, na medida em que propõe a adoção de limites temporais para intervenção do governo e metas de desempenho para as firmas e setores contemplados.
 - II. Políticas **que distorcem preços relativos** na intenção de realocar recursos para determinados setores são pouco indicadas na maioria dos casos. **Faz mais sentido eliminar diretamente a distorção.** Por exemplo, se existem barreiras à entrada na atividade exportadora, que estas sejam mitigadas por políticas que reduzam o custo inicial de exportar e não por subsídios à exportação.

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

III. O papel da atividade de **inovação** se mostra muito importante. **O investimento em pesquisa e desenvolvimento gera *spillovers*** e a evidência mostra que as atividades que se beneficiam de externalidades associadas à aglomeração industrial são justamente aquelas em que a inovação e o conhecimento são importantes. **No entanto, isto não significa que a política industrial deve estar necessariamente voltada para novos setores com alto conteúdo tecnológico.**

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

IV. Ao invés de procurar novas oportunidades de investimento em **setores “avançados”** **faz mais sentido se beneficiar das externalidades ligadas à aglomeração industrial em setores nos quais o país já tenha revelado vantagem comparativa** [Rodriguez- Clare (2004b)]. Além disso, provavelmente estas externalidades serão maiores se a atividade de **pesquisa e desenvolvimento for realizada por universidades e centros de pesquisa públicos, sempre com uma orientação voltada para o mercado.**

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

- Com relação a este último aspecto, a Embrapa se encaixa perfeitamente nesta prescrição: é uma empresa pública que faz pesquisa voltada para setores em que o Brasil possui vantagem comparativa. Também merece aplauso a Lei n. 10.973 (Lei de Inovação), que entre outras coisas facilita o entrosamento entre universidades, institutos de pesquisas e empresas privadas, permitindo que estes agentes celebrem parcerias para criação de novos produtos e processos.

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

- A escolha de setores estratégicos da atual política industrial brasileira parece estar balizada justamente em critérios de conteúdo tecnológico, sem uma justificativa econômica mais sólida. Os setores escolhidos são:
 - **semicondutores**
 - **software**
 - **fármacos e medicamentos**
 - **bens de capital**
- Estes quatro setores foram escolhidos, pois:

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

- **(i) apresentam dinamismo crescente e sustentável**
 - Em momento algum fica claro o que torna um setor mais ou menos dinâmico, tampouco o que significa o termo.
- **(ii) são responsáveis por parcelas expressivas dos investimentos internacionais em pesquisa e desenvolvimento**
 - O fato de outros países investirem em pesquisa e desenvolvimento nestes setores não significa que o Brasil deva fazê-lo. Provavelmente os países desenvolvidos investem mais nestes setores justamente porque estes são intensivos em capital humano, ou seja, por conta de suas vantagens comparativas.

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

- Nesse sentido, não é surpresa que o exemplo de sucesso apontado em Brasil (2003) seja justamente o caso da Embrapa, no qual os investimentos em inovação guardam relação estreita com o agronegócio, setor no qual temos vantagem comparativa.
- Além disso, cabe lembrar que a escolha de setores estratégicos intensivos em capital humano, fator de produção escasso, tende a elevar o salário dos trabalhadores qualificados, aumentando ainda mais a já elevada desigualdade de renda brasileira
- **(iii) abrem novas oportunidades de negócios**
 - Não está claro porque estes setores abrem mais oportunidades de negócios do que os demais.

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

- **(iv) relacionam-se diretamente com inovação de processos, produtos e formas de uso**
 - Confusão entre ênfase em inovação e o foco em setores “avançados”. O fato de que existem evidências teóricas e empíricas de que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento devem ser objeto de algum tipo de política pública, não significa que a política industrial deve privilegiar setores “de ponta”. Você pode inovar em qualquer setor de produção e isto gerará ganhos expressivos, mesmo nos mais tradicionais. Conforme salientado anteriormente, mostra-se mais adequado contemplar setores nos quais o país tenha revelado grande eficiência produtiva e vantagem comparativa, o que não é o caso dos setores estratégicos listados em Brasil (2003).

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

- **(v) promovem o adensamento do tecido produtivo**
 - Não ficou esclarecido o que se entende exatamente por adensamento do tecido produtivo, tampouco porque estes setores promovem maior adensamento do que outros ou porque seria desejável tal adensamento. Mas, se adensamento significa produzir localmente maior parte dos insumos de uma cadeia produtiva, cabe se perguntar se há racionalidade econômica em fazê-lo. Na medida em que estes insumos possuem diferentes composições e intensidades de fatores, dificilmente o Brasil teria vantagem comparativa na produção de todos eles

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

- **(vi) são importantes para o futuro do país e apresentam potencial para o desenvolvimento de vantagens comparativas**
- Temos aqui dois critérios de escolha. O primeiro deles diz respeito a quais setores são importantes para o futuro do país. A afirmação carece de qualquer justificativa na medida em que não se explica o que faz um setor mais ou menos importante do que os demais.
- O segundo deles é que estes setores criam vantagens comparativas dinâmicas. Vantagens comparativas dinâmicas estão associadas ao aprendizado das empresas, que permite que o custo de produção se reduza com o tempo. No entanto, mesmo neste caso, a intervenção pública somente se justifica na presença de externalidades relacionadas a este aprendizado, ou seja, se as firmas se beneficiam do aprendizado das demais. Mais ainda, há que se avaliar se os custos de tal intervenção superam os benefícios.

Política Industrial - A Versão Oficial - MDIC - 2003

- Em nenhum momento são apresentadas evidências neste sentido. Aliás, no setor de semicondutores a evidência empírica internacional aponta para a inexistência de externalidades.

Metas e Objetivos da Política Industrial

- Em Brasil (2003) podem ser identificados como metas e objetivos da política industrial:
 - **(i) geração de empregos;**
 - **(ii) expansão das exportações;**
 - **(iii) desenvolvimento regional;**
 - **(iv) aumento da eficiência da produção e da capacidade de inovação.**
- Cabe comentar brevemente cada um destes objetivos.

Metas e Objetivos da Política Industrial

- Com relação à geração de empregos, cabe lembrar que o desemprego possui um componente cíclico relacionado à atividade econômica. Nesse caso, política industrial se mostra pouco adequada, na medida em que visa o longo prazo. A questão do emprego deve ser tratada com medidas que aumentem o grau de formalização da economia (mudanças na legislação trabalhista e reformas no mercado de crédito, por exemplo) e a produtividade da mão-de-obra (educação e treinamento, por exemplo).
- Além disso, os setores estratégicos escolhidos são justamente aqueles pouco intensivos em mão-de-obra, o que geraria impacto pequeno no emprego. Setores “tradicionais” não contemplados em Brasil (2003), como o agropecuário e o de serviços prestados às famílias, estão entre aqueles com maior potencial de geração de empregos [Najberg & Pereira (2004)].

Metas e Objetivos da Política Industrial

- Um possível efeito benéfico de se manter o foco em setores intensivos em capital humano seria a elevação da remuneração deste fator de produção, aumentando o estímulo à qualificação da mão-de-obra. No entanto, o Brasil já apresenta taxas de retorno altíssimas para investimento em educação [Holanda-Filho & Pessoa (2006)]. O baixo investimento é resultado de deficiências no sistema de ensino público e em falhas no mercado de crédito, que não são contempladas em Brasil (2003).
- Por fim, cabe lembrar que o uso de metas de geração de emprego pode fazer com que a política industrial beneficie empresas ineficientes, pelo simples fato de gerarem um certo número de empregos.

Metas e Objetivos da Política Industrial

- No que diz respeito ao uso de política industrial para combater a restrição externa da economia brasileira, cabe lembrar que, conforme salientado em Amadeo (2002), a literatura não destaca a obtenção de superávits comerciais como um dos objetivos da política industrial. Além disso, se não há falhas de mercado ou problemas macroeconômicos significativos, a taxa de câmbio tende a transmitir o sinal correto no que diz respeito à necessidade de moeda estrangeira, ou seja, transmite o sinal correto a respeito dos benefícios sociais das exportações.
- Desse modo, políticas de subsídios às exportações, mesmo que aumentem o influxo de moeda estrangeira, tende a gerar uma alocação inferior dos recursos e perdas de bem-estar [Rodriguez-Clare (2004a)].

Metas e Objetivos da Política Industrial

- No que diz respeito ao uso de política industrial para superar diferenças regionais, também não parece ser a opção mais adequada. Existem evidências de que as diferenças de renda per capita entre as regiões brasileiras se devem principalmente às disparidades educacionais [Duarte, Ferreira & Salvato (2004)]. Desse modo, a partir deste diagnóstico não faz muito sentido a utilização de política industrial na promoção do desenvolvimento regional: mais apropriadas seriam políticas públicas voltadas para a educação.
- Aliás, se existe a preocupação com o aproveitamento de externalidades locais que permitem a formação de clusters, não há motivos para incentivar inovação em firmas localizadas em regiões remotas ou isoladas [Rodriguez-Clare (2004a)].

Metas e Objetivos da Política Industrial

- Finalmente, no que concerne ao aumento da eficiência da produção e da capacidade de inovação, as seções anteriores indicam que são objetivos a serem perseguidos, na medida em que estão relacionados com aumentos de produtividade da economia. Entretanto, cabem alguns comentários.
- Do ponto de vista do empresário, é sempre ótimo utilizar as melhores técnicas do ponto de vista econômico. Caso exista alguma técnica que eleva a produtividade da firma que não tenha sido escolhida, é porque do ponto de vista da rentabilidade esperada privada o investimento não é atraente. Exceção feita quando existe alguma restrição ao crédito. Nesse caso, o mais adequado seria corrigir as distorções deste mercado.

Algumas Conclusões

- O argumento de que o Brasil deve lançar mão de políticas industriais setoriais porque outros países também o fizeram e obtiveram sucesso é equivocado. Exemplos recorrentemente citados são os países do Leste Asiático. No entanto, cabe lembrar que diversos países também tiveram experiências de PI e obtiveram resultados desastrosos. Mais ainda, além de intervenções setoriais, países como Japão, Coreia do Sul e Taiwan também lançaram mão de políticas horizontais que tiveram papel decisivo no desenvolvimento destes países.

Algumas Conclusões

- Deste modo, ficam as seguintes perguntas:
 - Se diversos países do Leste Asiático usaram política industrial, mas também mantiveram a inflação controlada, as contas públicas saneadas e investiram pesadamente em educação e infraestrutura, porque creditar o desempenho destes países às intervenções setoriais e não às políticas horizontais?
 - Porque a solução para incrementar o crescimento econômico do Brasil deve passar pelo uso de políticas verticais – cuja eficácia não é confirmada pela evidência empírica sequer para países apontados como exemplos de sucesso no uso de PI – quando a experiência de outros países suporta o uso de políticas horizontais?

Algumas Conclusões

- Políticas setoriais precisam ser motivadas por algum tipo de falha de mercado. Nesse caso, uma premissa básica da política industrial vertical é a identificação e a mensuração destas falhas, para que seja possível desenhar as políticas mais apropriadas. Aliás, autores como Moreira (1994) atribuem o fracasso da PI brasileira justamente à incapacidade de identificar e corrigir tais falhas.
- Ademais, mesmo no caso da existência destas falhas de mercado, na maioria dos casos os instrumentos mais indicados são políticas horizontais: investimentos em infraestrutura, definição de marco legal adequado, certificação de produtos, reformas no mercado de crédito e investimentos em educação.

A Tese da Desindustrialização

- O jornal Valor Econômico de 16/11/2010 publicou com exclusividade um estudo “reservado” do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), que sustenta haver uma combinação de “**desindustrialização negativa**” com “**reprimarização**” da pauta de exportações.
- As duas teses são defendidas por segmentos da “esquerda” e por uma corrente de economistas que se auto-intitulam “desenvolvimentistas”. Essas ideias são no mínimo polêmicas e têm escassa sustentação na realidade.

A Tese da Desindustrialização

- Como falar em “desindustrialização” se o setor industrial opera perto de sua capacidade?
- A desindustrialização – medida pela participação do emprego industrial no total – é um processo natural na evolução da economia. No caminho de desenvolvimento, a agricultura perde participação para a indústria e esta passa depois o bastão aos serviços.
 - Isso não quer dizer que esses setores encolhem, mas que os outros crescem mais rapidamente. E isso gera crescente bem estar. Nos Estados Unidos, o emprego industrial está em torno de 9% e o país continuou crescendo (a estagnação atual tem outra origem, a crise financeira de 2008-2009).

A Tese da Desindustrialização

- A tese de “reprimarização” se baseia mais na observação de uma planilha do que em estudos aprofundados. Segundo o MDIC, a participação dos produtos primários na pauta de exportações alcançou 43,4%, enquanto a dos industrializados ficou em 40,5%.
- Faltou ao MDIC dizer duas coisas: 1) que o aumento da participação dos primários é o resultado da maior demanda da China por nossos produtos agrícolas e pelo minério de ferro, nos quais somos altamente competitivos. O país deve comemorar e não lamentar. O México, que manda 80% de suas vendas externas para os Estados Unidos adoraria ter esse “desconforto”; 2) que a queda dos industrializados está influenciada pela baixa demanda e pela queda de preços nos países ricos, por causa da crise, setor onde a elasticidade é mais alta.

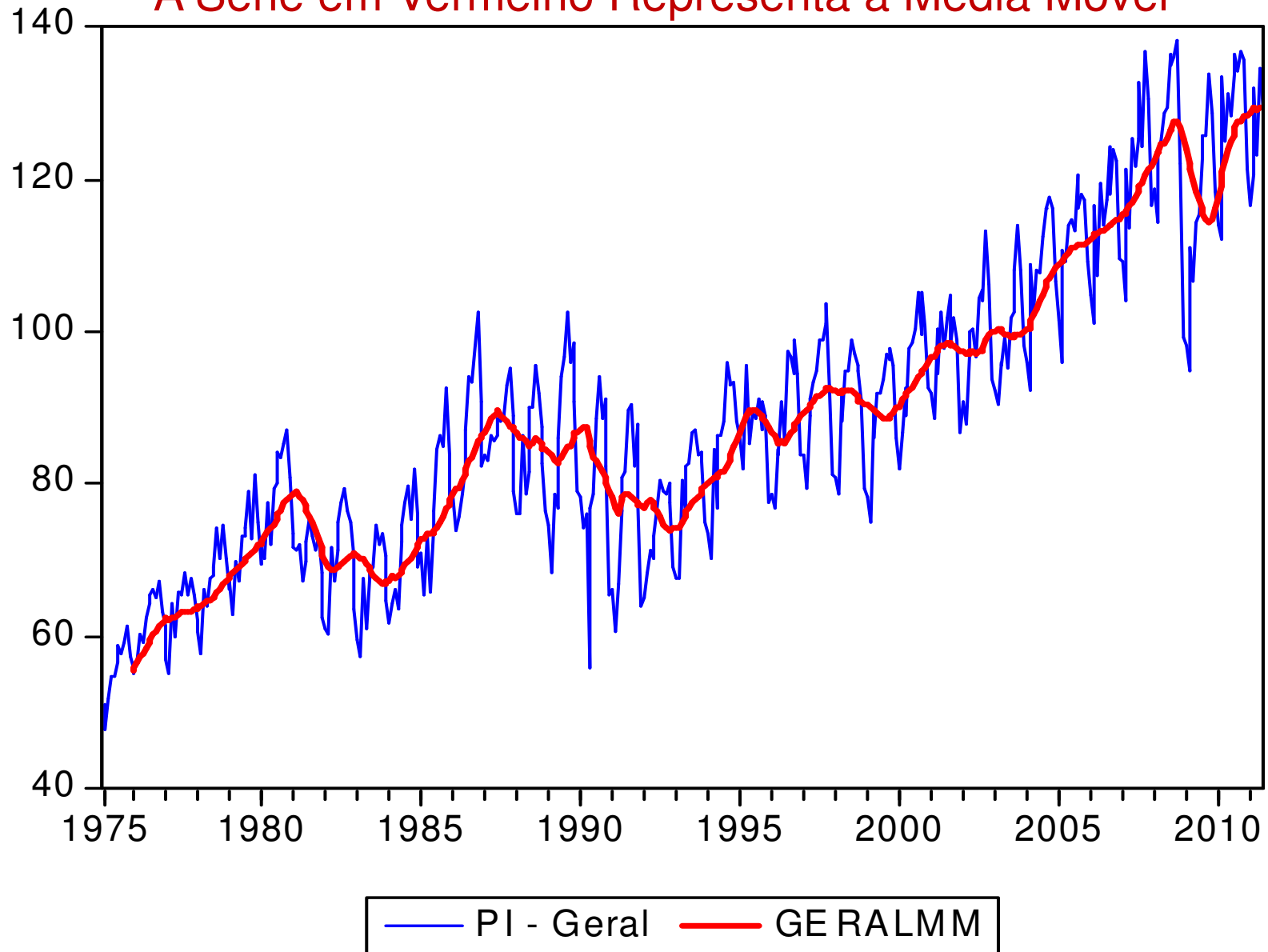
A Tese da Desindustrialização

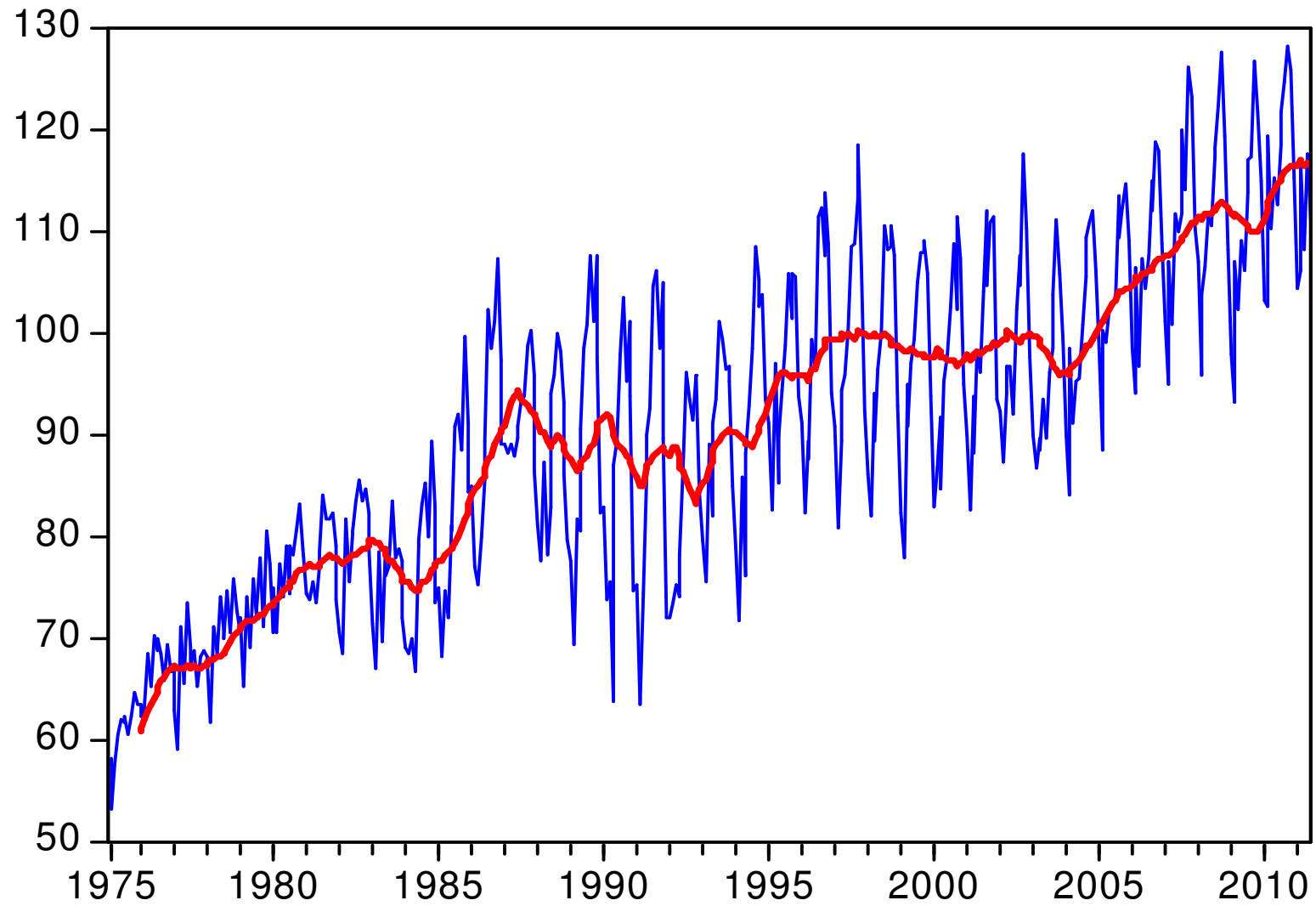
- A experiência mostra que a indústria brasileira se moderniza mais rapidamente em períodos como esses, pois a decorrente valorização cambial barateia o custo dos equipamentos e cria incentivos à sua importação. Claro, segmentos da indústria sofrem, mas o resultado líquido para o país, nesse campo, é positivo.
- A indústria brasileira tem sofrido com a perda de competitividade, mas atribuir isso exclusivamente ao câmbio, como tem sido o caso dos defensores da tese da “desindustrialização”, é um perigo. Pode levar o governo a adotar medidas extemporâneas e equivocadas para subir o câmbio e conceder subsídios aos exportadores. O custo desse “desenvolvimentismo” recai sobre os ombros das classes média e menos favorecidas: produtos mais caros e redução da renda real com a inflação mais alta.

A Tese da Desindustrialização

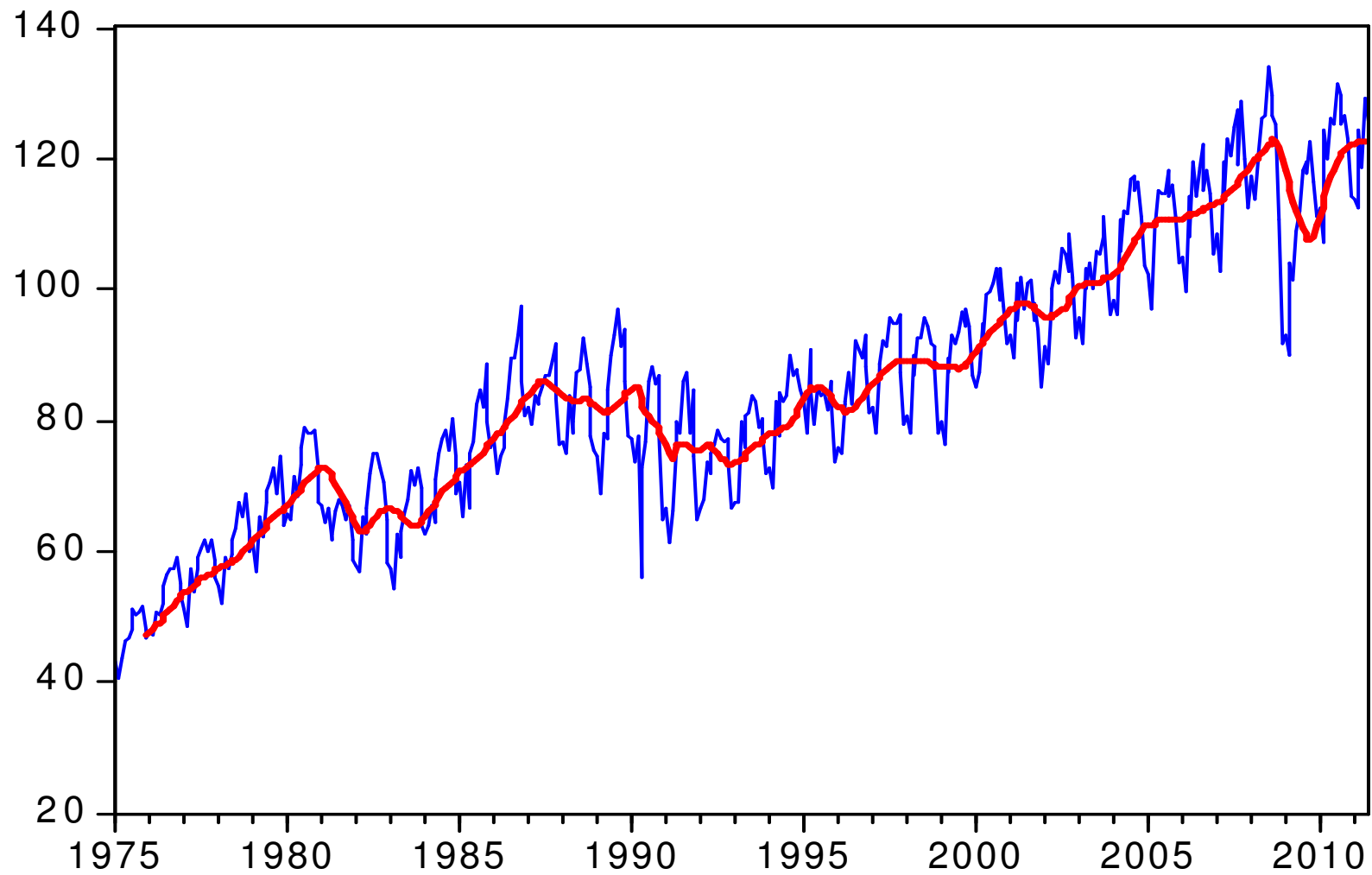
- O problema da competitividade está nos custos sistêmicos que oneram os produtos brasileiros. O câmbio apenas amplifica o problema.
 - As empresas brasileiras gastam 2.600 horas por ano para cumprir obrigações tributárias, em comparação com 100 a 200 nos países ricos (até menos em alguns casos) e abaixo de 300 nos países emergentes com os quais competimos.
 - A falta de investimentos em infraestrutura (que o PAC está a nos luz de resolver) dificulta a operação da logística, gerando ineficiências que prejudicam a indústria e a agricultura. Há produtos agrícolas que custam mais para transportar do que para produzir. A burocracia é infernal e tem piorado com o aparelhamento do Estado pelo governo nos últimos anos.
- Tentar resolver essas questões via câmbio e subsídios é o caminho para a repetição de erros do passado, que custaram caro à sociedade.

A Série em Vermelho Representa a Média Móvel

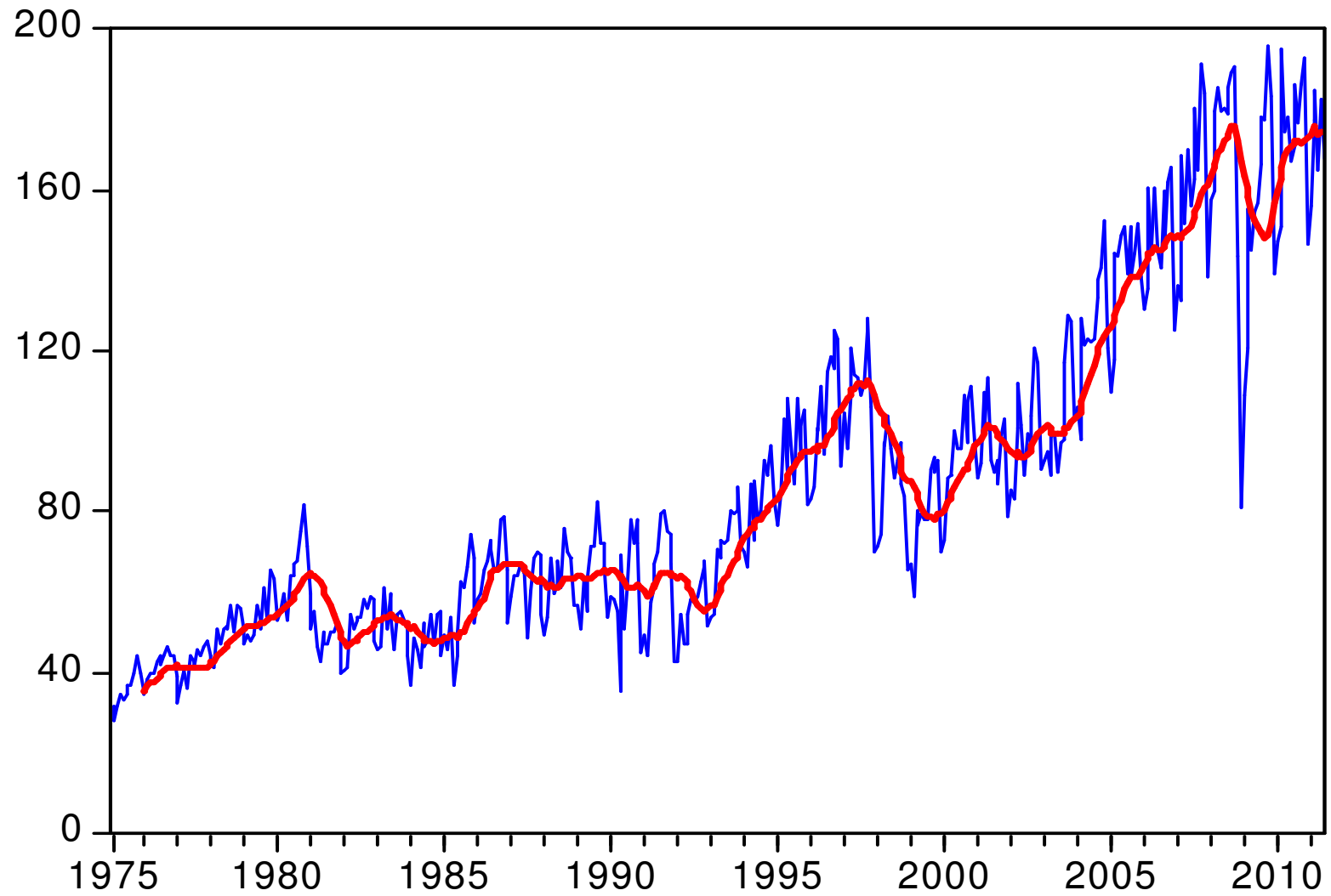




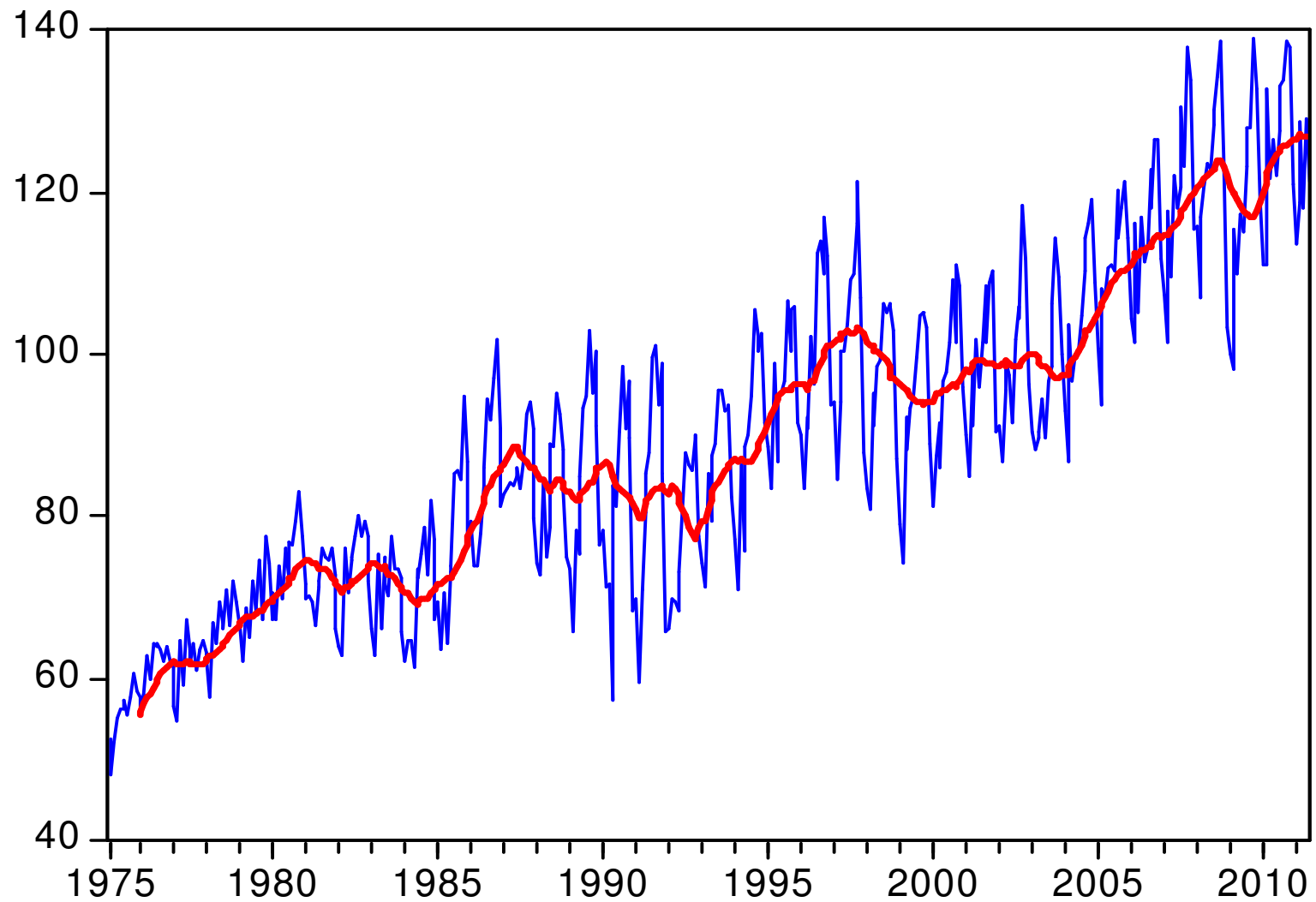
— PI - NaoDuraveis — NAODURAVEISMM



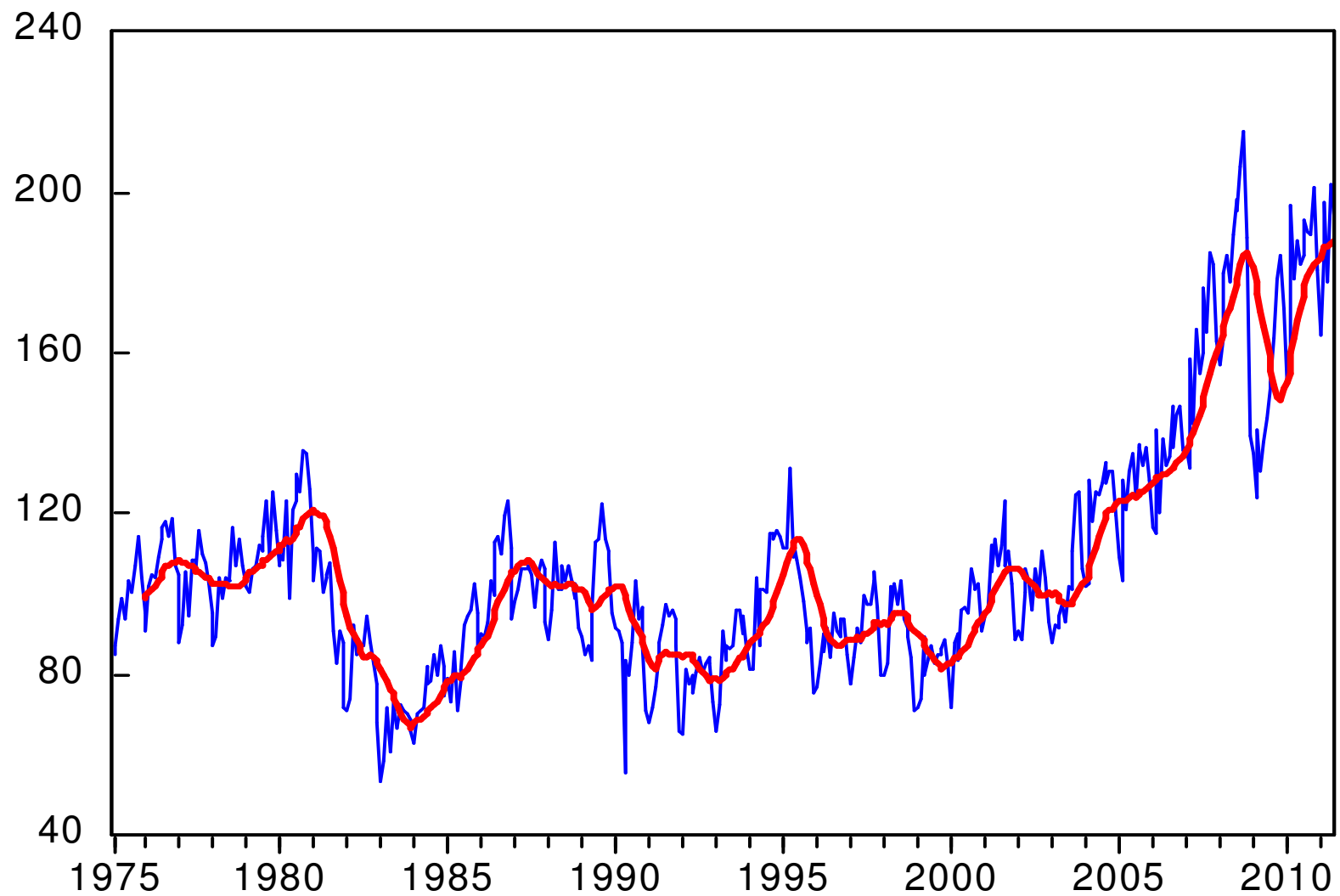
— PI - Intermediarios
— INTERMEDIARIOS MM



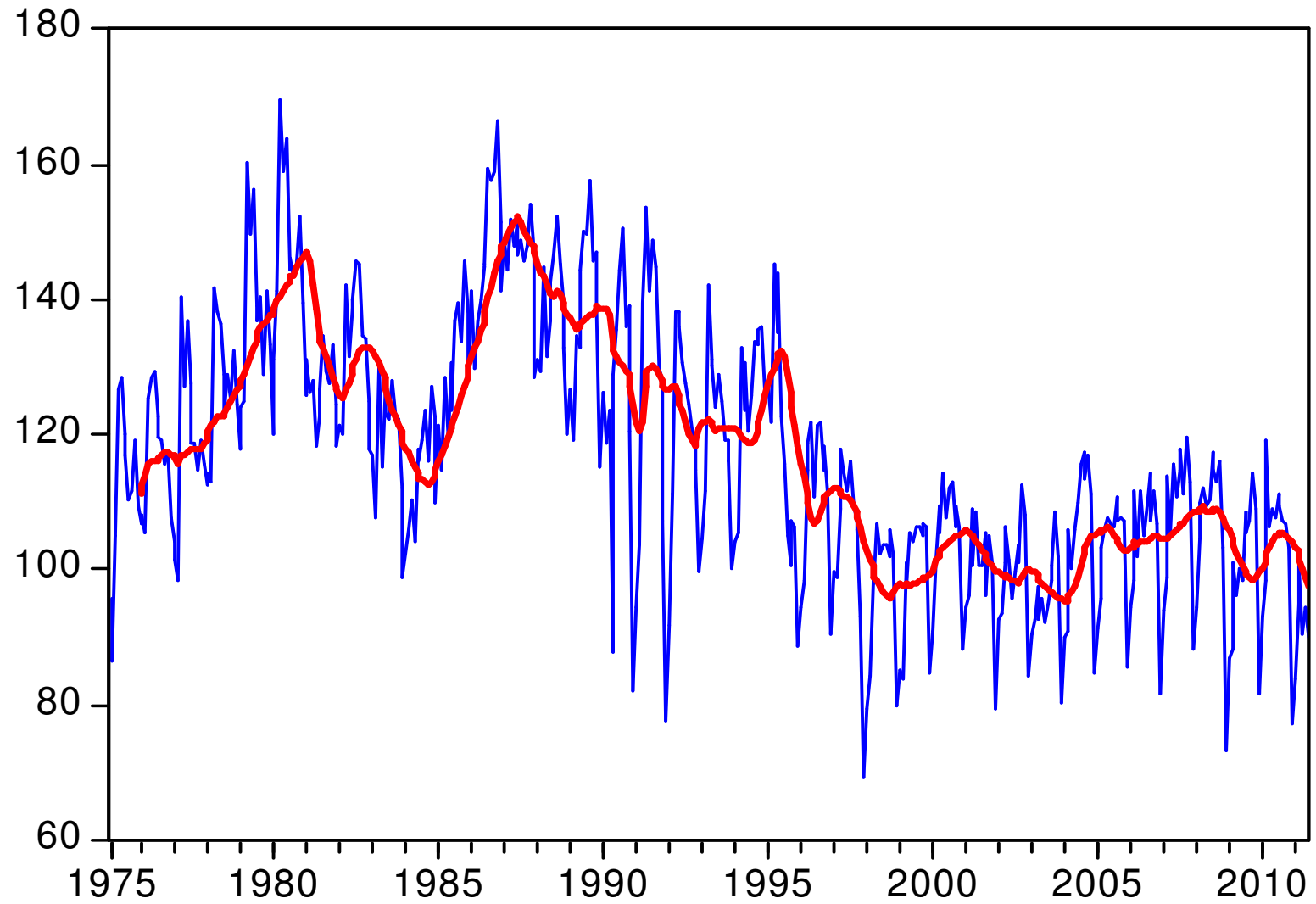
— PI - Duraveis — DURAVEISMM



— PI - Bens de Consumo — CONSUMOMM

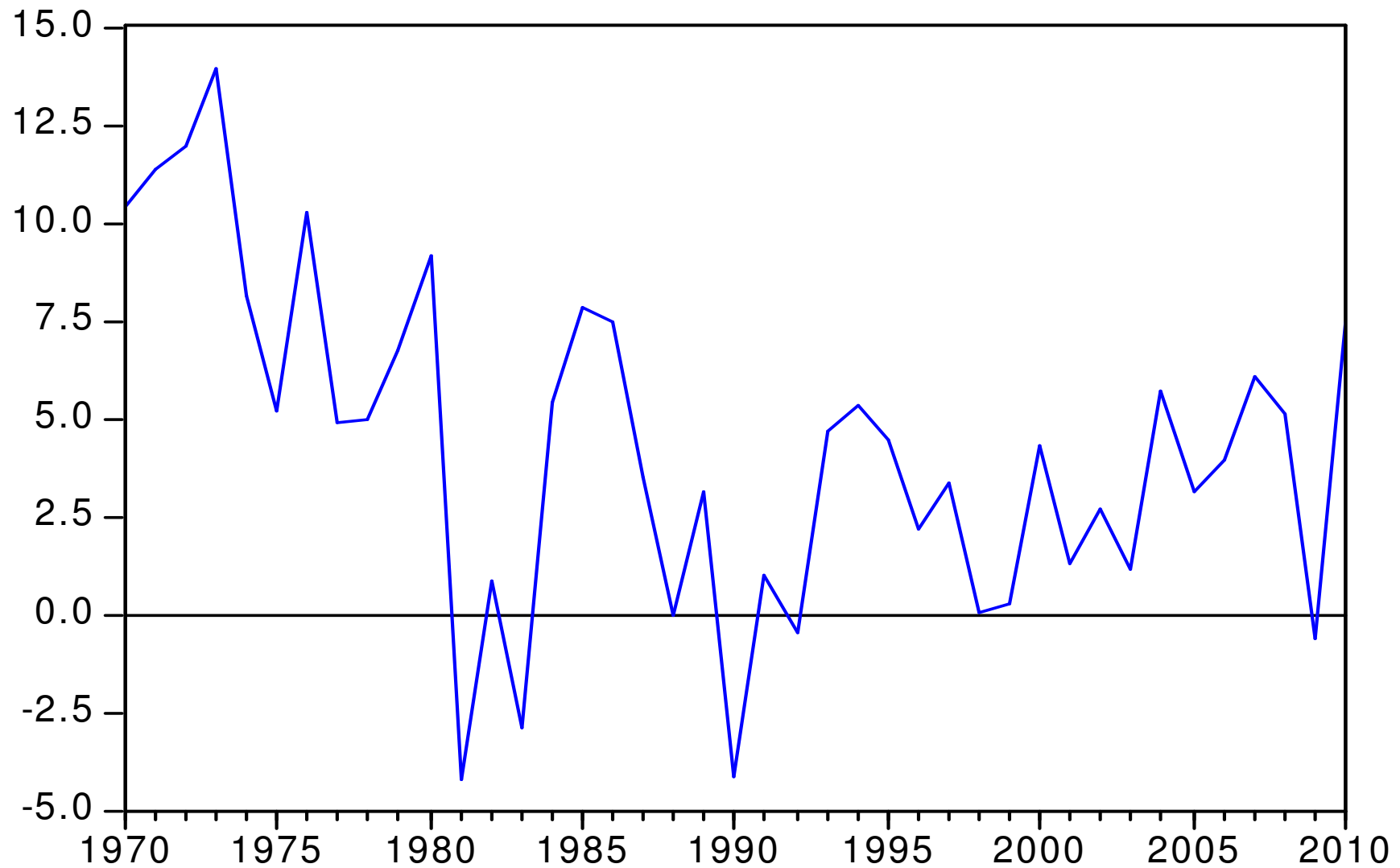


— PI - Bens de Capital — CAPITALMM

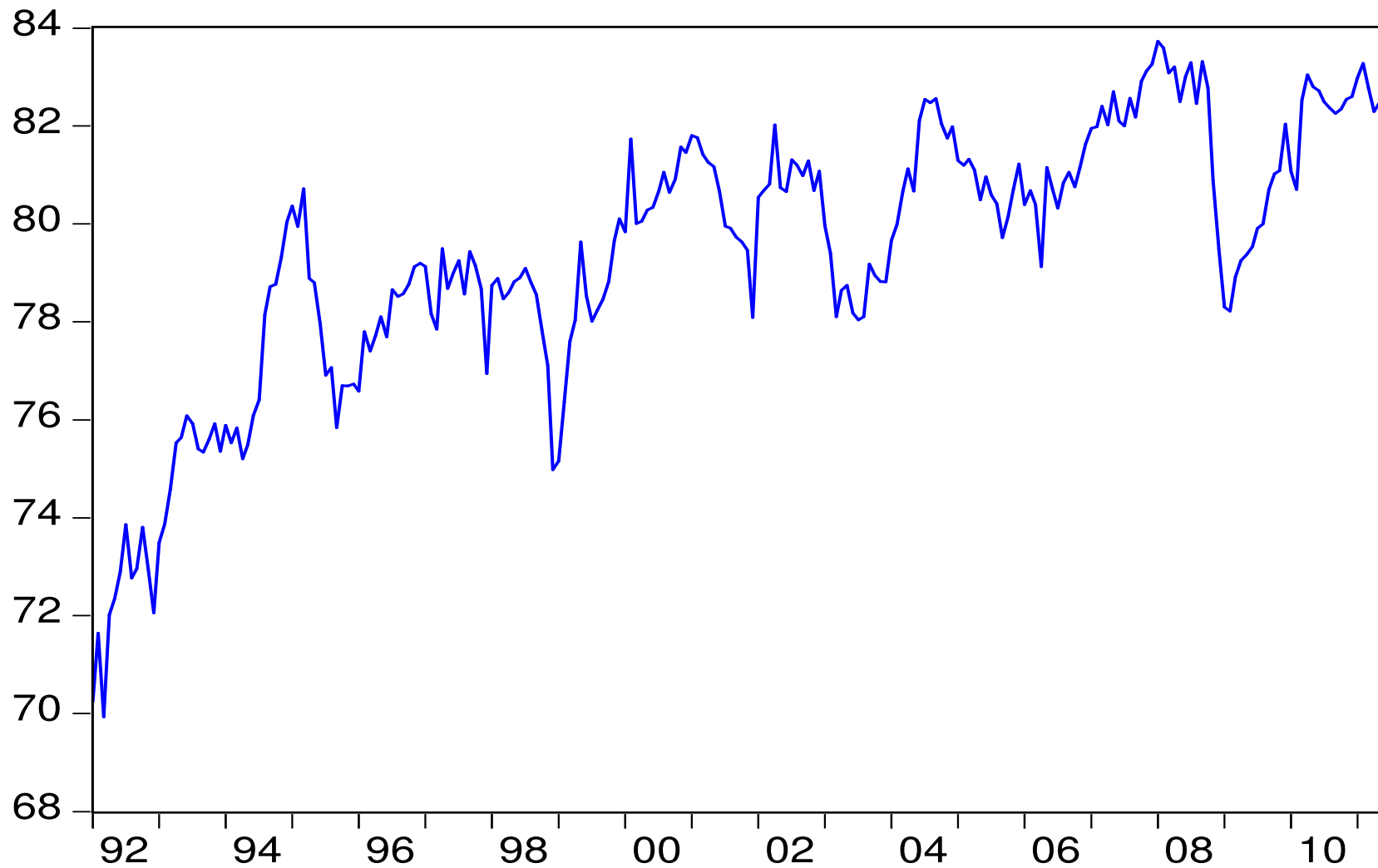


— PI - Textil — TEXTILMM

PIB - Taxa de Crescimento Anual



Capacidade Instalada da Indústria - Dessazonalizada



Participação da Indústria no PIB

Participação da Indústria no PIB			
Países	Média 1970-1972	Média 2005-2007	Diferença
África do Sul	20.7%	16.3%	-4.4%
Argentina	30.3%	20.8%	-9.5%
Austrália	20.6%	10.3%	-10.3%
Bolívia	14.6%	11.5%	-3.1%
Brasil	25.3%	15.7%	-9.6%
Chile	16.0%	13.8%	-2.2%
Colômbia	18.1%	15.0%	-3.1%
Equador	17.9%	2.9%	-15.0%
Grécia	18.7%	11.3%	-7.4%
Israel	21.6%	13.3%	-8.3%
México	22.0%	16.1%	-5.9%
Nova Zelândia	22.6%	13.9%	-8.7%
Paraguai	16.8%	13.4%	-3.4%
Turquia	15.9%	20.9%	5.0%
Uruguai	22.1%	22.8%	0.7%
Venezuela	23.7%	15.8%	-7.9%
Média dos 16 Países	20.4%	14.6%	-5.8%

Fonte: Regis Bonelli e Samuel Pessoa. "Desindustrialização no Brasil: Fatos e Versões"


Participação da Indústria no PIB


Participação da Indústria no PIB			
Países	Média 1970-1972	Média 2005-2007	Diferença
Áustria	28.2%	17.6%	-10.6%
Bélgica	28.4%	15.2%	-13.2%
Canadá	20.1%	15.4%	-4.7%
Dinamarca	17.4%	12.2%	-5.2%
Finlândia	22.7%	20.3%	-2.4%
França	21.7%	11.4%	-10.3%
Alemanha	30.5%	20.3%	-10.2%
Itália	24.8%	16.3%	-8.5%
Japão	36.4%	21.2%	-15.2%
Luxemburgo	38.5%	7.4%	-31.1%
Holanda	22.3%	12.2%	-10.1%
Noruega	18.0%	8.7%	-9.3%
Espanha	24.4%	14.4%	-10.0%
Suécia	22.2%	17.2%	-5.0%
Suíça	22.8%	18.1%	-4.7%
Reino Unido	29.0%	12.3%	-16.7%
Estados Unidos	23.1%	13.2%	-9.9%
Média dos 17 Países	25.3%	14.9%	-10.4%

Fonte: Regis Bonelli e Samuel Pessoa. "Desindustrialização no Brasil: Fatos e Versões"

Doença Holandesa (*Dutch disease*)

- conceito econômico que tenta explicar a aparente relação entre a exploração de recursos naturais e o declínio do setor industrial (manufatureiro).
- A teoria prega que um aumento de receita decorrente da exportação de recursos naturais irá desindustrializar uma nação devido à valorização cambial, que torna o setor manufatureiro menos competitivo aos produtos externos. É, porém, muito difícil dizer com exatidão que a doença holandesa é a causa do declínio do setor manufatureiro porque existem muitos outros fatores econômicos a se levar em consideração.

- 
- **Note que o assunto torna-se particularmente interessante no contexto dos efeitos da exploração de petróleo no pré-sal.**
 - Embora seja mais comumente usado em referência à descoberta de recursos naturais, pode também se referir a "qualquer desenvolvimento que resulte em um grande fluxo de entrada de moeda estrangeira, incluindo aumentos repentinos de preços dos recursos naturais, assistência internacional ou volumosos investimentos estrangeiros".

- 
- Chama-se assim porque durante os anos 1960, houve uma escalada dos preços do gás que aumentou substancialmente as receitas de exportação dos Países Baixos e valorizou o florim (moeda da época), o excesso de exportações de gás derrubaram as exportações dos demais produtos por falta de competitividade na década seguinte.

O Modelo Principal

- O modelo econômico clássico que descreve a Doença Holandesa foi desenvolvido pelos economistas W. Max Corden e J. Peter Neary, em 1982.
- No modelo, existe um setor onde não há troca de bens (incluindo serviços) e dois setores de troca de bens: o setor em expansão e o setor estagnado. O setor em expansão é, normalmente, de extração de petróleo ou gás natural, mas pode ser também de mineração de ouro, cobre, diamante ou bauxita, ou lavoura, como café ou cacau. O setor estagnado geralmente é o produtivo, mas também pode ser o de agricultura.

- Um recurso abundante afetará a economia de duas maneiras:
 - O efeito de migração de recursos, onde o recurso abundante irá demandar mais mão de obra, o que fará com que a produção se desloque para o setor em expansão e fuja do setor estagnado. Este movimento de mão de obra do setor estagnado para o setor florescente é chamado de **desindustrialização direta**. Este efeito pode, entretanto, ser insignificante visto que os setores de hidrocarbonetos e minerais geralmente empregam poucas pessoas.
 - O efeito de gasto, que acontece em decorrência da receita extra gerada pelo recurso abundante. Isto aumenta a demanda por mão de obra no setor onde não há troca de bens, retirando trabalhadores do setor estagnado. Esta migração do setor estagnado para o setor onde não há troca de bens é chamada **desindustrialização indireta**. Como resultado do aumento da demanda por bens não comercializáveis, o preço dessas mercadorias aumentará. No entanto, os preços do setor onde há troca de bens são estabelecidos internacionalmente e, por isso, eles não podem mudar. Haverá então uma valorização do câmbio real.



Exercícios

- **1) CVM – ESAF – 2010 – Analista - 57-**
- A faixa de petróleo descoberta pela Petrobrás, que se estende do Espírito Santo a Santa Catarina, ficou conhecida como Pré-Sal. Alguns analistas atribuem ao Pré-Sal um efeito perverso sobre a taxa de câmbio brasileira conhecido como “Doença Holandesa”. É correto afirmar que:
 - a) a possibilidade de o aparecimento da “Doença Holandesa” representar um risco à indústria brasileira, porque desvaloriza a moeda doméstica.
 - b) o Brasil ficaria impossibilitado de financiar suas importações, caso a exploração do Pré-Sal fizesse surgir a “Doença Holandesa”.

- c) alterações na taxa de câmbio não impõem qualquer risco à indústria brasileira, pois esta depende quase que exclusivamente da demanda doméstica.
- d) há risco de valorização da moeda doméstica e, com isso, a indústria nacional perder competitividade tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional.
- e) a “Doença Holandesa” afetaria exclusivamente as exportações de carne bovina brasileiras.

• **2) BNDES – Economista – 2009 - 54**

- As políticas industriais podem ser classificadas, em geral, como horizontais ou verticais. Assim, uma política industrial seria
- (A) horizontal se fosse voltada para o incremento das exportações dos setores de produtos de alta tecnologia.
- (B) horizontal se visasse a incentivar investimentos em setores cuja elasticidade renda da demanda é elevada.
- (C) horizontal se visasse a substituir as importações de navios.
- (D) vertical se criasse e difundisse conhecimentos tecnológicos para todos os setores da economia.
- (E) vertical se procurasse remover gargalos à produção do setor siderúrgico.

• **3) Petrobrás – Economista Jr. – 2010 - 28**

- As políticas industriais costumam ser classificadas em duas grandes categorias: as horizontais e as verticais (também chamadas seletivas). A política industrial horizontal visa a
- (A) privilegiar as indústrias com grande poder de encadeamento, como a automobilística.
- (B) estimular os setores com grande valor agregado, resultando em aumento substancial da renda *per capita*.
- (C) melhorar o desempenho da economia como um todo, sem privilegiar nenhuma indústria específica.
- (D) desenvolver os setores cujos produtos tenham uma demanda com alta elasticidade de renda.
- (E) proteger as indústrias nascentes que, em seu início,
- apresentem custos elevados de produção.